

## PODER

## Barroso tenta frear polêmica

Presidente do STF diz que embate de Musk com Moraes é "assunto encerrado do ponto de vista do debate público", mas alfineta empresário

» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, classificou como "assunto encerrado" no quesito "debate público" a polêmica envolvendo o bilionário sul-africano Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), e o ministro Alexandre de Moraes. Na avaliação do magistrado, "as pessoas fazem bravatas, mas não as implementam". Na contramão de Barroso, Musk voltou à carga, ontem, contra Moraes.

Após um evento no Superior Tribunal de Justiça (STJ), Barroso afirmou que outras ações ocorrerão no inquérito das milícias digitais, caso haja descumprimento de decisões judiciais.

"Considero esse assunto encerrado do ponto de vista do debate público. Agora, qualquer coisa que tenha que ser feita tem que ser feita no processo, se houver o descumprimento. Às vezes, as pessoas fazem bravatas, mas não implementam as suas declarações", ressaltou o presidente do STF.

Em postagem, ontem, no X, Musk disse que o Brasil é o país com a pior censura no mundo. "A severidade da censura e o grau em que as próprias leis do Brasil estão sendo violadas, em detrimento do seu próprio povo, é o pior de qualquer país do mundo onde esta plataforma opera", escreveu o bilionário.

Nos últimos dias, Musk tem feito uma série de ataques na internet acusando Moraes de "promover censura no Brasil" e afirmando que o ministro deveria renunciar ou sofrer impeachment.

Antonio Augusto/SCO/STF



Barroso não descartou uma suspensão do X no Brasil e reiterou que a legislação brasileira prevê "consequências" contra seu descumprimento

## "Ditador"

O empresário Elon Musk chamou o ministro Alexandre de Moraes de ditador após ser incluído no inquérito das milícias digitais como investigado por "dolosa instrumentalização" da plataforma. Na quarta-feira, o bilionário ainda disse que o X respeita as leis do Brasil, mas deve recusar ordens que as contrariem. No mesmo dia, em sessão do Supremo, Moraes disse que "alguns alienígenas" passaram a conhecer "a coragem e seriedade do Poder Judiciário brasileiro".

No sábado, Moraes determinou uma investigação sobre a conduta de Musk. Ele ordenou que o X não desobedeça às ordens da Justiça brasileira e fixou uma multa de R\$ 100 mil, caso o bilionário reative as contas proibidas pelo tribunal.

Na decisão, o magistrado afirmou que a internet não é terra sem lei e destacou a responsabilidade das plataformas. "A dignidade da pessoa humana, a proteção à vida de crianças e adolescentes e a manutenção dos Estados Democrático de Direito estão



Agora, qualquer coisa que tenha que ser feita tem que ser feita no processo, se houver o descumprimento. Às vezes, as pessoas fazem bravatas, mas não implementam as suas declarações"

Luís Roberto Barroso, presidente do STF

acima dos interesses financeiros dos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada", enfatizou.

No evento de ontem, Barroso não descartou uma eventual suspensão do X no Brasil e reiterou que a legislação brasileira prevê "consequências" contra seu descumprimento. Segundo ele, o que os juízes determinarem terá que ser seguido.

"O Brasil tem uma Constituição, tem uma legislação e tem juízes. Portanto, é preciso cumprir o que diz a legislação e o que determina os juízes. Se houver o descumprimento, a lei prevê as consequências", frisou.

## Moraes recebe o caso da bomba

» PABLO GIOVANNI

O processo sobre a tentativa de explosão de uma bomba nas proximidades do aeroporto de Brasília, em dezembro de 2022, pode cair nas mãos do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Na ação, George Washington, Wellington Macedo e Alan Diego foram condenados a nove, seis e cinco anos de prisão, respectivamente. As sentenças partiram da 8ª Vara Criminal de Brasília, no ano passado.

A possibilidade de o caso ser analisado por Moraes é tratada com receio pela defesa dos três condenados, principalmente porque as sentenças podem ser mais duras.

Em decisão recente, o juiz da 10ª Vara Federal Antônio Claudio

Macedo da Silva, ao analisar o pedido do Ministério Público Federal (MPF) para levar o caso ao âmbito federal, entendeu que o episódio tem atribuição para ser julgado na Corte, mas que alguns crimes são semelhantes aos apurados pelo Supremo.

## Golpistas

Para o juiz, o episódio da bomba, apurado na Operação Nero, da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), tem conexão com os crimes apurados pela Polícia Federal na Operação Lesa Pátria, sobre a tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito.

"Não há como este Juízo afastar, de plano, a correlação dos fatos objeto da Ação Penal, em trâmite na 8ª Vara da Justiça

Comum do Distrito Federal, com os fatos investigados na Operação Nero, bem como com os fatos apurados na Operação Lesa Pátria, operações que se constituem em fatos públicos e notórios, cuja sede de processamento é o Supremo Tribunal Federal", explicou o magistrado.

A defesa do blogueiro Wellington Macedo recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), solicitando a competência da Justiça Federal e a revogação da prisão. Em decisão em 5 de abril, o ministro Rogério Schietti Cruz replicou a determinação do juiz Antônio Claudio da Silva e deixou o veredito para Moraes.

O caso chegou à mesa do ministro do Supremo no início do mês. O magistrado vai avaliar se o episódio da bomba tem relação com os crimes que o STF apura.

## OAB e a PEC por direito de fala

» RENATO SOUZA

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti, afirmou que apresentará uma proposta de emenda à Constituição (PEC) no Congresso Nacional para garantir que os advogados tenham o direito de fazer a sustentação oral durante julgamentos nos tribunais brasileiros.

A sustentação oral é um tempo reservado no julgamento para que o advogado fale em defesa do seu cliente. Normalmente, esse tempo só é reservado nos tribunais de primeira instância, fase em que ocorre a produção de provas a favor ou contra o réu.

Na semana passada, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), travou uma breve discussão com o advogado criminalista Alberto Toron, durante uma sessão da Primeira Turma da Corte.

O defensor afirmou que uma lei aprovada em 2022 garante o tempo do advogado para defender o cliente durante a audiência. No entanto, o pedido

Raul Spinassé/Novo Selo Comunicação



Simonetti: "O diálogo não foi suficiente para resolver a questão"

foi negado por Moraes, sob a justificativa de que o regime interno da Corte não permite esse tipo de prática.

"O diálogo não foi suficiente para resolver a questão. Fizemos o possível em relação à proteção do direito da advocacia de realizar sustentação oral nos tribunais brasileiros", ressaltou

Simonetti, em um evento realizado pela OAB. "É por isso que, na próxima semana, apresentaremos uma PEC ao Congresso Nacional para encerrar de vez essa discussão sobre se o regimento de um tribunal ou o estatuto da advocacia, regido por uma lei federal, tem maior validade", acrescentou.

## VIVA BRASÍLIA O NOSSO MELHOR PRESENTE

A ÚNICA CIDADE BRASILEIRA ENTRE AS MELHORES DO MUNDO PARA SE VISITAR, SEGUNDO O JORNAL AMERICANO THE NEW YORK TIMES.

64

anos

\* O Lago Paranoá é um dos maiores lagos urbanos do mundo. Além de trazer a oportunidade da prática de esportes náuticos, nosso lago oferece algumas das vistas mais bonitas de Brasília.

Confira a programação das comemorações.